



CIDADES INTERMEDIÁRIAS E DE PORTE MÉDIO ENTRE GRANDES OBJETOS GEOGRÁFICOS: CIDADES DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL E GRANDES OBJETOS NO URBANO AMAZÔNIDA EM TRANSFORMAÇÃO: OS CASOS DE ABAETETUBA, BARCARENA E CAMETÁ NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS¹

Mirian Clara Rodrigues Gonçalves²

RESUMO

Organizado pelos rios Moju, Pará e Tocantins, a região de integração do Baixo Tocantins – Pará – é onde estão localizadas as cidades intermediárias de Cametá, Barcarena e Abaetetuba, esses municípios viram sua dinâmica urbana se modificar graças a presença de grandes objetos geográficos implantados pelo governo federal a partir da década de 70, o que acarretou em arranjos socioespaciais distintos: de natureza orgânica, organizacional e mista. Diante disso, a proposição inicial desse estudo tem o intuito de compreender a dinâmica urbana das cidades intermediárias do Baixo Tocantins e identificar suas diferenciações e arranjos socioespaciais. Para sua realização priorizou-se a busca de conhecimentos teóricos sobre os principais conceitos abordados e pesquisas documentais e de campo, a fim de entender as formas-conteúdo dos espaços das cidades.

Palavras-chave: Cidades Intermediárias. Urbanização. Rede Urbana. Desenvolvimento Socioespacial.

ABSTRACT

Organized by the Moju, Pará and Tocantins rivers, the integration region of the Lower Tocantins - Pará - is where the intermediate cities of Cametá, Barcarena and Abaetetuba are located. These municipalities have seen their urban dynamics change thanks to the presence of large geographical objects implemented by the federal government from the 1970s onwards, which has led to distinct socio-spatial arrangements: of an organic, organizational and mixed nature. In view of this, the initial purpose of this study was to understand the urban dynamics of the intermediate cities of the Lower Tocantins and identify their differentiations and socio-spatial arrangements. It prioritized the search for theoretical knowledge on the main concepts addressed and documentary and field research in order to understand the forms-content of the city spaces.

Keywords: Intermediate cities. Urbanization. Urban network. Socio-spatial development.

¹ Este artigo compreende um ensaio produto da pesquisa submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umidado-PPDSTU, ainda em estágio de desenvolvimento.

² Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará- UFPA; Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pela Faculdade de Minas-FACUMINAS; Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umidado-PPDSTU pela Universidade Federal do Pará-UFPA. Email: mirianclararg@outlook.com



1. INTRODUÇÃO

A região do Baixo Tocantins compreende um território de 36.024,20 km² formado por onze municípios, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, com a forte presença e importância do Rio Tocantins, meio de integração regional (IBGE, 2010). Nas últimas quatro décadas do século XX, com a inserção da Amazônia no contexto capitalista mundial, este espaço vivenciou intensas transformações, fato que podemos associar às políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado, por meio dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), cujo objetivo era integrar, ocupar e desenvolver o território através do planejamento regional coordenado pela política nacional (NAHUM, 2012).

Nesse contexto, foram implementados dois grandes Projetos Econômicos, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no município de Tucuruí e o Complexo Albrás-Alunorte, no município de Barcarena. Esses dois “grandes objetos” (SANTOS, 1995) ao longo do curso do rio Tocantins contribuíram para o aparecimento de uma nova lógica econômica que, conseqüentemente, altera o modelo de organização socioespacial das cidades, cuja referência se limitava ao rio, mas, pós 1960, passa a se associar também ao padrão rodoviário.

Esse novo modelo de ocupação e uso do espaço incentivou ainda mais o processo de urbanização nas cidades, mudando o conteúdo material e imaterial do território e promovendo seu reordenamento socioespacial. Em vista de estudar a dinâmica urbana de cidades do Baixo Tocantins entre grandes objetos geográficos, suas diferenças, semelhanças e complexidades, essa pesquisa optou por três cidades consideradas por esse estudo como intermediárias, sendo elas: Barcarena, Abaetetuba e Cametá. Tais cidades, ainda que ocupem função de intermediárias, diferenciam-se entre si, acabando por apresentar distinto desenvolvimento socioespacial e diferentes ordenamentos territoriais, produto de solidariedades orgânicas e organizacionais (SANTOS, 1994).

Portanto, buscamos no decorrer deste artigo realizar uma breve análise de como se desenvolveu o processo de urbanização no Baixo Tocantins, compreender aspectos da rede urbana em que as cidades lócus da pesquisa estão inseridas, entender as lógicas sociais, espaciais e econômicas que definem uma cidade como intermediária e caracterizar os padrões de desenvolvimento socioespacial das cidades, assim como as lógicas de ordenamento territorial. Para tal, bebemos em fontes de autores nacionais e estrangeiros para formar um arcabouço teórico a respeito dos conceitos de urbanização, rede urbana e cidades intermediárias,



além de uma pesquisa documental e de campo, visando entender a realidade socioespacial das cidades pesquisadas.

2. METODOLOGIA

A metodologia refere-se aos métodos e técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa científica, de forma simplificada, é um manual que auxilia o pesquisador na escolha e formulação de problemas e hipóteses, na busca por dados e suas análises. Credo que o conhecimento científico se constrói por meio da investigação científica, como via para se alcançar o que nos propomos, tem-se como prerrogativa básica a busca pelo esclarecimento metodológico. Assim, utilizando-se dos três níveis de articulação lógica (técnica, teórica e epistemológica) dialogados por Sposito (2004) e Gamboa (1989), ao analisar a questão do método, construímos uma metodologia que permitirá alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

A nível técnico, o método de estudo e investigação segue a linha da pesquisa quantitativa, utilizando dados estatísticos oficiais para relacioná-los com informações coletadas na busca de comprovar a expressividade econômica dos espaços estudados; e qualitativa, a fim de privilegiar as relações de poder e o vivido dos agentes sociais e no espaço, porém não a uma forma reducionista de descrição do fenômeno observável, ou possível de observar dentro dos espaços urbanos, mas de uma forma minuciosa e por meio da ação duplamente interpretada e em sua essência (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2010: 131).

A nível teórico, tem-se a curiosidade em desvelar as características e particularidades do objeto e dos sujeitos do estudo, por meio de uma pesquisa participante teoricamente fundamentada, analisando as obras que tratam dos conceitos, definições e teorias usadas no campo da investigação. Assim, conseguiremos contextualizar nossas abordagens sobre a dinâmica urbana das de Cametá, Abaetetuba e Barcarena e, mais tarde, nossas descobertas, vendo ambos em perspectivas.

Por fim, a nível epistemológico, privilegia-se a investigação da origem da rede urbana do Baixo Tocantins e do espaço urbano das cidades intermediárias, visando compreender suas organizações, formação, desenvolvimento e funcionamento, a partir de suas particularidades, conteúdo e forma, causa e efeito, espaço e tempo, valendo-se da lógica racional (SPÓSITO, 2004).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO



Nas palavras de Gonçalves (2001) a Amazônia é, acima de tudo, diversidade. Assim sendo, não é de se admirar que o estudo e análise do povoamento e urbanização dessa região é um processo complexo e múltiplo, logo, requer um olhar de atenção por parte do pesquisador. Em termos conceituais, nesta pesquisa, urbanização é entendida como forma espacial que traduz o movimento da sociedade em sua dinâmica espacialidade, neste sentido, pode ser percebida como reflexo, meio, condição social ou até mesmo como produto de complexas relações entre processo (estrutura em movimento) e função (CORRÊA, 2011).

Debater a respeito das relações entre espaço e tempo, processo, função e formas advindas com a industrialização dentro do espaço urbano é uma tarefa complexa, pois, ao contrário do que acontece com o espaço rural, em que pode ocorrer a eliminação de formas espaciais pré-existentes, têm-se a “inércia e a refuncionalização” de antigas formas que acabam por permanecer no espaço, convivendo muitas vezes lado a lado com o novo (CORRÊA, 2011, p. 18).

Isto posto, para entendermos aspectos da urbanização da Amazônia, iremos regressar ao momento histórico de conquista e ocupação desse território. Para tal, faremos uso dos estudos de Corrêa (1987) para fazer uma sucinta periodização do processo desenvolvimento da rede urbana amazônica que, de acordo com Nascimento (2009), sempre foi motivada pela busca por riquezas minerais, vegetais para a consolidação de uma base mercantilista que assegurasse lucros rápidos à metrópole.

Durante muitos anos, grande parte do que conhecemos hoje esteve sobre controle dos espanhóis, porém, a ocupação e colonização ficou a cargo dos portugueses que instalaram o primeiro núcleo colonial neste espaço no século XVII, com a construção do forte do presépio e em seguida a fundação de Belém do Pará, a fim de garantir a defesa e posse do território. Essas formas espaciais seriam o ponto de partida para a organização da rede urbana amazônica (CORRÊA, 1987).

Na metade do século XVII e no final da primeira metade do século XVIII a exploração das Drogas do Sertão leva a Amazônia a sua segunda fase de elaboração da rede urbana. O extrativismo do cravo, canela, salsaparrilha, madeira, gordura de peixe, urucum, dentre outros, foi coordenado pelas ordens religiosas dos Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, Mercedários e Capuchos, que desempenhavam uma das mais importantes funções para garantir a posse do território à Portugal, a catequização dos indígenas, a organização do trabalho de exploração das drogas do sertão e a organização e administração dos aldeamentos, formando células de povoamento regional, de onde nasceram a maior parte das cidades sedes dos municípios atuais (TOCANTINS, 1960).



Com os centros de expansão da colonização já estabilizados, em meados do século XVIII, os conflitos entre colonos e religiosos (jesuítas) pelo controle de mão de obra indígena se intensificaram e foram responsáveis por uma intensa reforma política na administração da colônia, com a implementação da política pombalina. Essa terceira etapa de periodização é marcada pelo domínio do Marquês de Pombal como ministro português, edificação de fortificações mais eficientes, construção de novas unidades administrativas, transformação dos antigos núcleos missionários em vilas portuguesas e por expedições a fim de construir uma cartografia e demarcar espaço amazônico (NASCIMENTO, 2011).

Na quarta etapa de expansão da rede urbana amazônica, que data o período final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a rede urbana amazônica ainda era um embrião com muitas características da paisagem urbana portuguesa (CORRÊA 1987). Este período foi marcado pela estagnação econômica e urbana regional como consequência da extinção, em 1778, da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a desvalorização dos produtos tropicais no mercado mundial (CORRÊA 1987, p. 47).

No início do século XIX, com a valorização da borracha no mercado internacional, tem-se a ascensão econômica e urbana da rede amazônica, manifestado nas intensas transformações da infraestrutura urbana das cidades de Belém e Manaus e apoiada em um padrão espacialmente ribeirinho, centrado no eixo do rio Amazonas. O boom da borracha foi responsável pela imigração inter-regional de nordestinos, estimulada pelo aumento da demanda de matéria prima e por um dos piores períodos de estiagem da região nordeste (1879/1880) (IANNI, 1979). Ademais, definiu o “surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento inicial da forma urbana, reflexo da hierarquia imposta pelo comércio da borracha” (NASCIMENTO, 2011, p. 234).

Em razão do contrabando de mudas de *hevea brasiliensis* (seringueira) para as colônias na Ásia pelos ingleses e, posteriormente, o declínio da economia da borracha com a queda dos preços no mercado internacional, as casas aviadoras entram em falência, o tráfego fluvial monopolizado pelo Barão de Mauá começa a diminuir e o número de desempregados na cidade e nos seringais a aumentar, soma-se a isso o aumento da dívida pública interna e externa. Isto posto, a sexta etapa é marcada pela estagnação da borracha e das cidades de Belém e Manaus (1920-1960), diminuição dos fluxos migratórios para a Amazônia e migração de retorno de muitos imigrantes nordestinos para suas áreas de origem, (CORRÊA, 1987). Todavia, alguns núcleos urbanos associados a outras atividades econômicas apresentam um crescimento relativamente importante, como a cidade de Marabá, no estado do Pará, que investiu também



na produção de castanha-do-pará, e as cidades do médio vale do Amazonas com a produção de juta (NASCIMENTO, 2011).

A sétima etapa, em meados do século XX, diz respeito à intensificação do processo de urbanização e aparecimento de novas formas espaciais advindas com a introdução de projetos geopolíticos de planejamento regional, pensados e implantados visando a modernização, desenvolvimento e integração da Amazônia. Assim, segundo Corrêa (1987), a partir de 1960, o processo de urbanização da Amazônia é caracterizado pela atuação governamental, responsável por investimentos em infraestrutura, repasses de capital externo, colonização dirigida e políticas para a efetivação dos propósitos capitalistas.

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) resumem os objetivos, estratégias e dotação orçamentária do Estado, que busca integrar a Amazônia ao modelo de crescimento econômico da época. Segundo Nahum (1999), tais ações políticas resultam no reordenamento territorial da região através de grandes empreendimentos econômicos, como o Complexo Alumina/Alumínio da Albrás-Alunorte, criado na década de 80 na cidade de Barcarena, formado por uma aglomeração de empresas direta ou indiretamente ligadas à transformação de alumínio.

Nesse contexto, tem-se, segundo Castro (2008, p. 25) dois padrões de urbanização, no sentido de regularidades e ocupação urbana, definidos a partir da atuação do Estado e do capital, sendo o primeiro um modelo de expansão urbana que se desenvolvia através dos rios com a ocupação de seus vales – período de intensificação da economia gomífera – e o segundo é decorrente de programas governamentais, expansão da fronteira agrícola e integração da Amazônia ao restante do país por meio de rodovias – a partir de 1966.

3.2 REDE URBANA E CIDADES INTERMEDIÁRIAS NO BAIXO TOCANTINS

O aparecimento de cidades de porte intermediário e a proliferação de pequenos centros urbanos às margens de estradas e rios levaram a evolução da rede urbana do Baixo Tocantins, porém, para que venhamos compreender o funcionamento dessa rede far-se-á necessário entender os conceitos a respeito de rede urbana e os aspectos socioespaciais e econômicos que definem uma cidade como intermediária.

3.2.1 ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE REDE URBANA

Rede é um termo que denomina um “conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós” (DIAS, 2005, p. 14) em um dado espaço, portanto, trata-se também de uma rede geográfica, já que compreende pontos ou nós geográficos interconectados por meio de um dado número de



conexões. Quando se trata do arranjo sócio-espacial capitalista, as redes manifestam-se de diferentes formas e complexidades, de acordo com o tamanho, densidade, função, intensidade, alcance, natureza e interações dos centros urbanos (CORRÊA, 2001), “cujos nós (centros) são, do ponto de vista funcional, ao mesmo tempo especializados e hierarquizados, focos, por conseguinte, de múltiplos fluxos” (PADINHA, 2014, p. 6).

Corrêa (2011) vai mais longe ao afirmar que as redes geográficas são produto e condição social e que, portanto, devem ser analisadas de acordo com três dimensões: organizacional, abarcando sua estrutura interna, agentes sociais, origem, natureza dos fluxos, função, finalidade, abrangência, construção e formalização; temporal, sondando a sua duração, velocidade e frequência em que os fluxos se estabelecem, além de sua história; e, por fim, a espacial, perscrutando a espacialidade e conexões dessas redes.

Assim, a perspectiva de estudo das redes sugere o levantamento da investigação acerca do processo de urbanização e divisão territorial do trabalho que propicia a diferenciação entre as cidades; formação de regiões e sub-regiões, impulsionadas pela expansão das redes-suporte e de serviços; e o estabelecimento de um sistema hierárquico, muitas vezes excludente (DIAS, 2005).

Nesse contexto, podemos definir rede urbana como “um conjunto articulado de centros urbanos, constitui-se em um reflexo social, resultado de pequenos e complexos processos engendrados por diversos agentes sociais” (CORRÊA, 2001, p. 359). Como reflexo social, traduz-se também em uma condição social, uma “matriz da qual deverá se verificar a reprodução das condições de existência, envolvendo a produção, a circulação e o consumo, assim como diversos aspectos das relações sociais” (CORRÊA, 2001, p. 359).

Nessa rede, de acordo com as proposições de Christaller, existem localidades centrais (núcleos urbanos) que realizam funções centrais de distribuição de bens de serviços a uma população residente em sua área de influência, vinculada diretamente a dimensão dos núcleos, ou seja, localidades centrais apresentam diferentes níveis de centralidades de acordo com as funções centrais que desempenham.

No que concerne à rede urbana do Baixo Tocantins, deve-se ressaltar que há poucas décadas essa porção do território amazônico era caracterizada por pequenas cidades emolduradas pela floresta e interconectadas por canais de drenagem, únicas vias de integração usada entre os espaços (SATHLE; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009).

Entendido isto, podemos pensar na rede urbana do Baixo Tocantins em duas fases: anterior a 1960, onde os fluxos desenvolviam-se predominantemente pelos rios – padrão espacial dentrítico –, e pós 1960, fase de exploração mineral e produção energética, na qual o



crescimento urbano foi impulsionado pelas rodovias – padrão espacial mais complexo (RIBEIRO, 2001).

Na região de integração Baixo Tocantins tem-se a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do Complexo Albrás/Alunorte, dois dos quatro núcleos básicos integrados ao Programa Grande Carajás (PGC) para a exploração e transformação dos recursos minerais no estado do Pará (COSTA, 2002).

A nova lógica econômica advinda com os projetos levou ao aparecimento de novos “nós” (centros) econômicos de onde fluem serviços, mercadorias e pessoas, como é o caso de Barcarena, cidade onde se localiza o complexo minero-metalúrgico Albrás/Alunorte, que teve seu crescimento intensificado pela oferta de emprego e demanda de outros serviços que vieram em decorrência dele, assim como outras cidades que indiretamente foram afetadas pelo mesmo, como a cidade de Abaetetuba e Cametá, que teve sua dinâmica modificada pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Tais cidades dentro da rede urbana possuem importância regional, devido às suas atividades e funções especializadas, maior grau de articulação, rede de influência e um padrão de múltiplos circuitos, “no qual existem várias ligações possíveis entre um mesmo par de nós” que “podem tanto apresentar uma hierarquia entre os seus nós como complementariedade entre eles” (CORRÊA, 1997, p.312-313).

3.2.2 PAPÉIS DAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS NA REDE URBANA NO BAIXO TOCANTINS

Conceituar e caracterizar uma cidade intermediária no contexto Amazônico normalmente suscita controvérsias a respeito de quais os indicadores adequados para uma classificação inequívoca por parte dos geógrafos. Essas discussões giram em torno dos fatores que atuam no processo de urbanização e organização das cidades que sediam e intermediam relações interurbanas em diferentes escalas territoriais e como eles podem se diferenciar de um espaço para outro, de maneira que as características e intensidades das atividades econômicas, a densidade demográfica, produção, localização, oferta de infraestrutura urbana, sofisticação de serviços e fluxos de capitais e pessoas podem exercer funções e amplitude distintas em cada realidade.

Nesta pesquisa, consideramos cidades intermediárias como as que se colocam num intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância político-econômica no quadro hierárquico, mas possuindo fortes



centralidades que se manifestam por meio dos fluxos e acabam por colaborar com o ordenamento espacial regional em que se introduzem (TRINDADE JR., 2012).

Na contramão, a classificação-tipologia de centros hierárquicos do IBGE (2022), fortemente apoiada na teoria das localidades centrais, em suas publicações sobre as Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018, classifica Abaetetuba e Barcarena como Centro Sub-Regional B e reduziu Cametá ao estrato de centro local, limitando o seu relevante papel dentro da rede urbana regional, construída historicamente. Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) expresse importantes resultados sobre a rede urbana do Brasil, acreditamos que este não contempla algumas características das cidades e especificidades regionais.

A rede urbana amazônica, e, em particular, a rede urbana formada pelo conjunto de cidades do Baixo Tocantins, proporciona aos pesquisadores novas perspectivas de estudo e análises, bem como um conjunto de teorias e proposições dadas sobre as cidades. Considerando a importância regional cametaense, neste estudo, buscamos reconhecer Cametá como cidade intermediária, devido a sua importante “responsabilidade territorial” dentro do Baixo Tocantins (SCHOR; COSTA, 2007, p. 81), em razão de fatores de ordem econômica, política, militar, cultural e social, construídos durante os seus mais de 388 anos, que contribuem para consolidar a cidade enquanto centro polarizador da rede urbana microrregional, influenciando os municípios de Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Mocajuba e Baião, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais na intermediação entre seu entorno e os grandes centros.

Os papéis regionais das cidades de Cametá e Abaetetuba dentro da rede urbana do Baixo Tocantins, em virtude da oferta de serviços, negócios, mercadorias, infraestruturas e potencial econômico, estão muito associados ao setor terciário, oferecendo uma gama de serviços “modernos” e “não modernos” em sua área central, como feiras livres e até filiais de grandes empresas nacionais (SANTOS, 2008, p. 97).

Além disso, essas cidades, no âmbito regional e microrregional, são responsáveis pelos fluxos de transporte, comercialização e serviços entre cidades locais, aglomerados urbanos e a metrópole Belém, atraindo também um grande contingente populacional das demais cidades sob seu raio de influência, em busca de serviços e mercadorias que as demais não detêm ou possuem de maneira limitada.

Quanto ao papel de Barcarena, essa cidade transformou-se em um município estratégico para a economia paraense, após a inauguração da Albrás/Alunorte, outras empresas se instalaram na região, a citar as voltadas ao setor de caulim, Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim, ambas fundadas em 1996. Assim, um município que tinha como base econômica a



agricultura e o extrativismo se torna também um grande beneficiador industrial de bauxita e caulim (BARROS, 2015), mudando totalmente sua função dentro da rede urbana Tocantina.

A presença dessas grandes empresas intensificou o processo de urbanização, criou uma forte infraestrutura (como os portos da Vila do Conde e da Pará Pigmentos), trouxe serviços especializados, interligou Barcarena a outros municípios no Estado e tornou esse município no principal beneficiador mineral do Pará (PINTO, 1997). Sua localização próxima à capital do Pará, Belém, e ao oceano Atlântico foi determinante para a escolha do município como espaço a receber os projetos minerais, pois permite o escoamento da produção e o acesso da população aos serviços que a metrópole tem a oferecer (TOURINHO, 1991).

Portanto, são perceptíveis os papéis centrais das cidades intermediárias e sua capacidade na resolução de problemas regionais, pois além de papéis intermediários, segundo Sposito (2004), são papéis econômicos, urbanos, político administrativos, papéis na rede urbana, comerciais e industriais, de acordo com o espaço e a temporalidade em que ocorrem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 FORMAS ESPACIAIS E ARRANJOS ORGANIZACIONAIS DAS CIDADES DE BARCARENA, CAMETÁ E ABAETETUBA

Quando se fala em Amazônia, mais especificamente no Baixo Tocantins, é imprescindível considerar que seus processos, formas e atuais lógicas de ordenamento socioespacial foram criados no decorrer do processo de ocupação do território e formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo, materializados no espaço, acabando por produzir ordenamentos socioespaciais que se diferenciam de um espaço para outro.

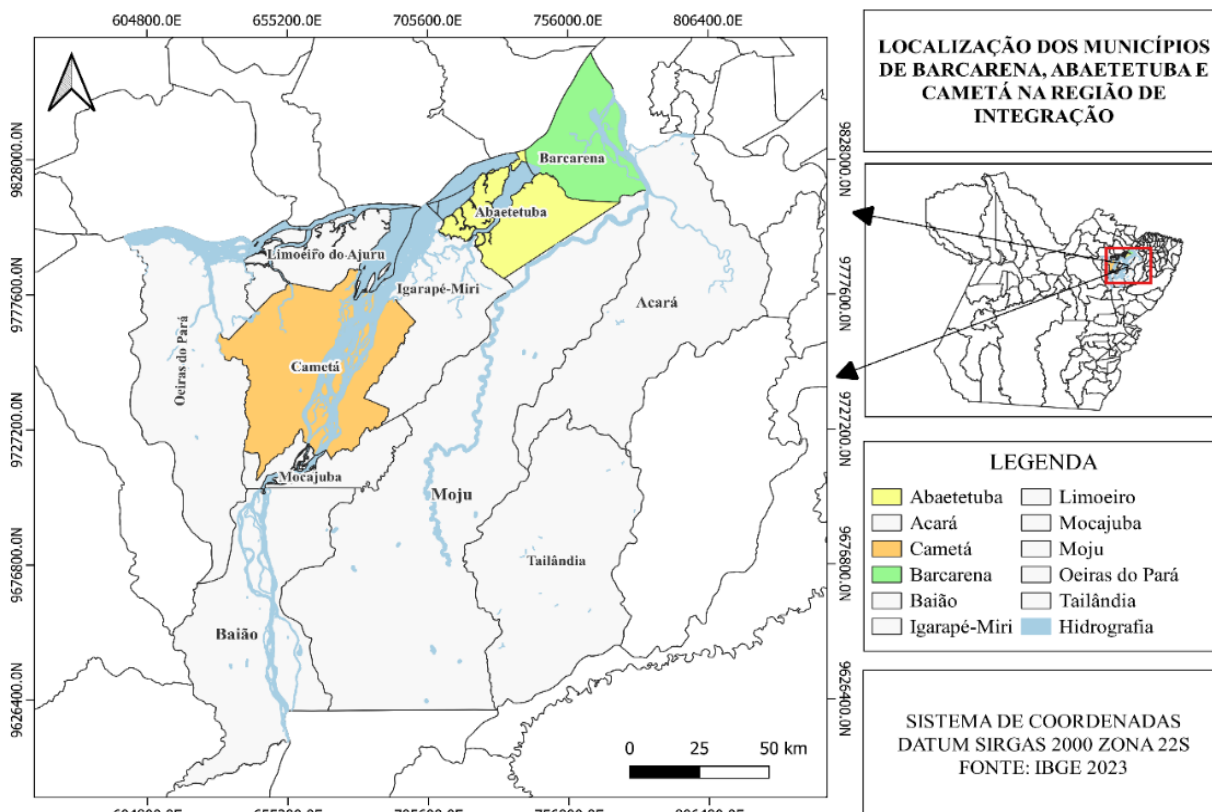
O impacto das transformações advindas com a modernização das cidades é relevante para a compreensão de seus arranjos territoriais, que dizem respeito à sua organização e funcionamento. Esses espaços derivados, segundo Milton Santos (1979, p. 25), dependem de lógicas externas, sistemas cujo centro encontra-se em países polos, e internas, que diz respeito aquelas já existentes no espaço, fazendo com que ocorram mudanças em seu conteúdo espacial.

Como consequência, tem-se as alterações no modo de vida da população local, a presença de empresas nacionais e internacionais, intensificação dos fluxos e a expressiva atividade comercial dentro do espaço urbano amazônico (seus formatos e estratégias organizacionais), que fazem parte de processos tanto em escala regional como global.

Neste sentido, a fim de compreender a dinâmica urbana das cidades intermediárias dessa região de integração e seus arranjos organizacionais, tem-se como locus da pesquisa três cidades de responsabilidade territorial: Barcarena, Abaetetuba e Cametá (mapa 1) (PADINHA, 2010).

Neste estudo, apesar de serem definidas nesse estudo como cidades intermediárias, possuem características sociais e econômicas distintas, o que acaba por produzir diferentes ordenamentos territoriais.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE BARCARENA, ABAETETUBA E CAMETÁ NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO



FONTE: GONÇALVES, 2025

O município de Barcarena está localizado no Baixo Tocantins (mapa 1), fazendo fronteira com os municípios de Belém, Ponta de Pedras e Abaetetuba, possui uma população de 126.650 habitantes e densidade demográfica de 96,65 h/km² (IBGE, 2022). Sua origem está relacionada às missões religiosas durante o processo de colonização no século XVIII e, nas últimas décadas, economicamente, vem vivenciando um crescimento acelerado graças às atividades industriais desenvolvidas a partir de 1970 com a instalação do complexo Albrás-Alunorte.

Para além das atividades ligadas ao setor minero-metalúrgicas, destacam-se também a fabricação de produtos químicos, extrativismo mineral não metálicos, cultivo de hortaliças e atividades ligadas ao setor terciário. O estudo do IBGE que leva em consideração o intervalo de tempo entre 2006 e 2021 aponta que este município esteve entre 64% e 70% do total do produto interno bruto da região, assim sendo, Barcarena é responsável por R\$9,2 bilhões em 2021.



O município mantém fortes relações com: Oriximiná, no Baixo Amazonas Paraense, que envia a bauxita a ser usada pela Alunorte na produção de alumina e, posteriormente, pela Albrás, na produção de alumínio; Paragominas também envia bauxita, via mineroduto, para ser transformada pela Alunorte; e de Ipixuna do Pará, mineroduto, o caulim extraído daquele município para ser beneficiado pela Pará Pigmentos e pela Imerys Rio Capim Caulim. Em consequência disso, cria-se uma nova realidade à cidade: a dinâmica de crescimento populacional, promovida e intensificada pelo movimento migratório intermunicipal.

Nosso segundo locus, Cametá (mapa 1), é uma das cidades mais antigas da Amazônia, situada à margem esquerda do rio Tocantins, com população de 134.184 habitantes, densidade demográfica de 43,55 h/km² (IBGE, 2022) e que limita-se com os municípios de Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, exercendo influência socioeconômica sobre estes. No passado, (século XVII, XVIII e XIX), exerceu um papel fundamental do ponto de vista socioeconômico e político do Estado, como: garantir a posse do território conquistado, fortalecer a fé cristã e a burguesia mercantil.

O município apresenta características ribeirinhas, de ordenamento territorial dentrítico e com forte presença das populações tradicionais, onde o rio não é apenas via de circulação ou fonte de recursos, mas elemento de importância simbólica. A cidade guarda características de um “modelo de urbanização tradicional” com formas urbanas junto a aspectos ribeirinhos e uma população com vínculos culturais ao modo de vida local (AMARAL; SILVA; TRINDADE JUNIOR, 2008). Segundo Padinha (2010), seu espaço urbano centraliza serviços importantes com forte na feira livre, localizada à margem do rio Tocantins, possuindo intenso e volumoso comércio varejista voltados, predominantemente, ao circuito inferior de economia urbana.

Por fim, nosso terceiro locus é Abaetetuba (mapa 1), a cidade mais populosa do Baixo Tocantins abriga 158.188 habitantes com uma densidade de 98,21 h/km² (IBGE, 2022), o município encontra-se limitado ao norte com Barcarena, à oeste com Limoeiro do Ajuru, Muaná e Igarapé-Miri, à leste com o Moju e ao sul com Igarapé-Miri e Moju. Tem sua área urbana situada à margem do rio Marataúira, um braço do rio Tocantins, mas que teve seu dinamismo intensificado pela construção da rodovia PA-252 e PA-151, que permitem o escoamento da produção local e a integração de municípios do nordeste do Estado.

A partir da década de 2000, passou a ser considerado um município predominantemente urbano, sua taxa de urbanização correspondia a 59%, refletindo a situação atual do município. Ademais, sua posição geográfica estratégica, a 110 km da capital e próxima aos projetos minero-metalúrgicos da Albrás/Alunorte, e possui a melhor infraestrutura regional.



Economicamente, destacam-se as atividades associadas ao setor terciário (comércio e serviços), os quais atendem à demanda local e microrregional, principalmente no que tange aos serviços de saúde, educação e comércio. Todavia, atesta-se que a crescente demanda dos municípios vizinhos torna precária a saúde local, que não está preparado para atender ao grande contingente, face a isso estão problemas do abastecimento hídrico, esgotamento sanitário e péssimas condições das rodovias.

Isto posto, é notório que a rapidez dos fluxos e a instantaneidade dos eventos tornam os espaços mais especializados, de acordo com as necessidades globais de produção, circulação, distribuição e consumo. Neste sentido, para compreendermos os arranjos socioespaciais presentes nas cidades de Cametá, Barcarena e Abaetetuba, utilizamos as tipologias de Milton Santos (1990; 2003) em suas obras: “Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional” e “Região: globalização e identidade”, ao falar de região como produto de solidariedades orgânicas – organização voltada às necessidades de sua própria região – e organizacionais – organização voltada às necessidades que vem de fora.

Nessa perspectiva, iremos classificar as cidades da pesquisa como: a) cidade de responsabilidade territorial de dinâmica orgânica, com maior densidade dinâmica microrregional (Cametá); b) cidade de responsabilidade territorial de dinâmica de grande projeto – lógica organizacional –, com maior densidade de dinâmica regional-global (Barcarena); c) cidade de responsabilidade territorial de dinâmica metropolitana – lógica mista (orgânica e organizacional) –, com maior densidade de dinâmica metropolitana e regional.

Destarte, não podemos negar que, ainda que definidas como cidades intermediárias, Cametá, Abaetetuba e Barcarena possuem diferenciações em seu desenvolvimento socioespacial e ordenamento territorial os quais, direta ou indiretamente, são influenciados por Grandes Projetos econômicos implantados na Amazônia (como a Hidrelétrica de Tucuruí e o Complexo Albrás-Alunorte).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Baixo Tocantins é uma região formada por cidades particularizadas mediante suas configurações espaciais e processos (TRINDADE, 2013, p. 4) através dos quais a floresta, os rios, o subsolo e seus recursos materiais e imateriais (simbólicos) adquirem significados e importâncias diversas. Soma-se a isso a “presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes”, que induzem ao ordenamento territorial de novos núcleos urbanos



associados à difusão do sistema capitalista moderno e voltado ao mercado externo (TRINDADE, 2013, p. 4).

Assim, como parte da realidade urbana das cidades ao longo do rio Tocantins, tem-se cidades com diferentes formas e funções que só podem ser compreendidas à luz de conceitos e análises que respeitem suas especificidades. Com esse propósito foram elencados, fatores de ordem econômica, social e espacial que definem as cidades de Cametá, Abaetetuba e Barcarena como cidades intermediárias, dada a sua expressividade econômica e função polarizadora dentro da rede urbana microrregional em que estão inseridas, pois detêm serviços que as demais não possuem ou possuem de maneira precária, o que lhes confere importância na rede urbana microrregional, nas palavras de Padinha (2010), “em terras precárias, quem tem pouco é centro”.

Ao se caracterizar as formas-conteúdo do espaço urbano das cidades do Baixo Tocantins (SANTOS, 1985), verificamos que o ordenamento socioespacial se apresenta de maneira diferenciada, classificamos em três arranjos territoriais distintos que podem possuir lógicas orgânicas (Cametá), organizacionais (Barcarena) ou mistas (Abaetetuba) de ordenamento territorial.

A cidade intermediária de Barcarena possui um espaço mais especializado, intenso fluxo de pessoas, serviços e mercadoria, além de um PIB voltado principalmente ao setor secundário e com relações diretas com a economia global, enquanto Cametá tende a um potencial dentrítico, economia baseada no setor terciário e primário (em destaque o extrativismo do açaí), mas com importância regional, já Abaetetuba, consideramos de arranjo misto, cidade mais populosa do Baixo Tocantins, forte atividade comercial, de serviços e agroflorestal, além de possuir infraestrutura, dada a sua proximidade com grandes projeto econômicos e integrar o arranjo populacional de Belém/PA - Metrópole (1C) (IBGE, 2018). Em função dessa diversidade de arranjos territoriais temos diferentes realidades nas cidades intermediárias do Baixo Tocantins, construídas historicamente por meio de “solidariedades orgânicas e organizacionais” (SANTOS, 1990).

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, M. D. B; SILVA, M. A. P da; TRINDADE JUNIOR, S. C da. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TAVARES, M. G da. C; TRINDADE JUNIOR, S. C da. (Org). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 27-47.

BARROS, MÁRCIO J. B. **O uso do território e políticas públicas territoriais no Baixo Tocantins, estado do Pará**. XVI ENAPUR, Belo Horizonte, 2015.



CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, M.E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. (p.359-367).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas, reflexões sobre um tema persistente**. Revista cidade, Presidente Prudente, v. 9, n.16, p. 199 – 218, 2011.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias. (org.). **A Amazônia e o seu banco**. Manaus: editora valer. 2002.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para a discussão. In.: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades** [online]. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

NAHUM, João Santos. **Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. Barcelona: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, 2012.

NAHUM, João Santos. **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - NAEA-UFPA, Belém.1999.

NASCIMENTO, C. P. **Cenários da Produção Espacial Urbana de Porto Velho, 2009**. 210p. Dissertação de Mestrado (Geografia) – Universidade Federal de Rondônia. UNIR, Porto Velho, 2009.

NASCIMENTO, C. P. **O Processo de Urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980**. Goiânia: Ateliê Geográfico, 2011, p. 227-256.

PADINHA, M. R. **A rede urbana amazônica em tempos de caos: a centralidade exercida pela cidade de Altamira no Sudoeste do Pará sob os efeitos da reestruturação urbana promovida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014.



PADINHA, Marcel Ribeiro. **Em Terras Precárias Quem Tem Pouco é Centro: o papel das pequenas cidades na rede urbana amazônica: uma análise a partir de Cametá-Pa.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém, 2010.

PINTO, Lucio Flavio. **Amazônia e o século perdido: a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização.** Belém, Gráfica, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônias, Amazônias.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica – da rede dentrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 369-444.

SANTOS, (1994a). **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: Edufpa, 1995, p. 13-20.

SANTOS, M. Região: **globalização e identidade.** In Conhecimento & reconhecimento. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico científico-informacional.** São Paulo: Edusp. 2008.

SATHLER, Douglas; MONTE-MÓR, Roberto L.; CARVALHO, José Alberto M de. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira.** Nova Economia, vol. 19, núm. 1, janeiro, 2009, p. 10-39.

SCHOR, T. & COSTA, D.P. **‘Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios: Uma Tipologia para as cidades na calha dos rios Solimões e Amazonas –AM’**, X SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Florianópolis, 2007, p. 21.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência).** Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2004. 508f.

TOURINHO, Helena Lucia Zagury. **Repercussões sócio - econômicas do complexo Albrás/Alunorte em suas áreas de influência imediata II APA.** IDESP. Belém. 1991.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira.** Papers do NAEA, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE, G. O. **Santarém: dinâmicas socioespaciais e centralidade política de uma cidade média na Amazônia oriental.** 2012, 26 fls. Relatório de Pesquisa (Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFPA) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.